

VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL E EVENTOS GEOGRÁFICOS: O CASO DO HAITI

SOCIO-TERRITORIAL VULNERABILITY AND GEOGRAPHIC EVENTS: THE CASE OF HAITI

Guerby SAINTE¹

Márcio CATAIA²

Resumo: Este artigo resulta de pesquisa que vimos realizando com financiamento recebido de agências públicas de financiamento à pesquisa. Objetivamos analisar as vulnerabilidades socioterritoriais no Haiti com foco em eventos geográficos naturais que se realizam sobre um espaço herdado já precarizado. Esta análise parte do pressuposto teórico de que o espaço geográfico é um conjunto formado pela configuração territorial e pelas ações sociais que sobre ela se realizam. A configuração territorial resulta da superposição ou acumulação de objetos técnicos, máquinas e insumos sobre o espaço natural. Condições históricas particulares fazem com que os eventos naturais tenham consequências mais dramáticas uma sociedade já marcada pela exploração, pobreza e intensa desigualdade social. Analisamos os nexos internos ao território haitiano, apresentando dados sobre perdas e danos causados por terremotos e furacões, tanto no campo quanto nas cidades, principalmente na capital Porto Príncipe. Os nexos internacionais são analisados com base na inserção do Haiti na globalização neoliberal. Empiricamente, os dados são apresentados na forma de mapas, tabelas e gráficos. Por se tratar de pesquisa que já vem sendo desenvolvida há seis anos, fizemos um apurado levantamento bibliográfico e documental sobre o tema.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioterritorial; Eventos geográficos; Haiti.

Abstract: This article is the result of research we have been carrying out with funding received from public research funding agencies. We aim to analyze socio-territorial vulnerabilities in Haiti focusing on natural geographic events that take place in an already precarious inherited space. This analysis is based on the theoretical assumption that geographic space is a set formed by the territorial configuration and the social actions that take place on it. The territorial configuration results from the superposition or accumulation of technical objects, machines, and inputs over the natural space. Particular historical conditions make natural events have more dramatic consequences in a society already marked by exploitation, poverty and intense social inequality. We analyze internal connections within Haitian territory, presenting data on losses and damages caused by earthquakes and hurricanes, both in the countryside and in cities, mainly in the capital Port-au-Prince. International connections are analyzed based on Haiti's insertion in neoliberal globalization. Empirically, data is presented in the form of maps, tables and graphs. As this is research that has not been developed for six years, we carried out an extensive bibliographic and documentary survey on the topic.

Keywords: Socio-territorial vulnerability; Geographical events; Haiti.

¹ Doutorando do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento a esta pesquisa (Bolsa de Doutorado). E-mail: guerby20102010@gmail.com

² Prof. Livre Docente do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, instituição à qual agradeço pelo financiamento à pesquisa. E-mail: cataia@unicamp.br

Introdução

Este artigo resulta da pesquisa que estamos desenvolvendo em geografia sobre vulnerabilidades socioterritoriais no Haiti. Para a análise, focamos nossa preocupação em dois tipos de eventos que atingiram o Haiti (terremotos e furacões) e que provocaram profundas transformações tanto na sociedade quanto na configuração territorial do país, condicionando a reprodução da pobreza e das desigualdades. Partimos do princípio de método de que as vulnerabilidades são, ao mesmo tempo, sociais e territoriais, daí o termo *vulnerabilidade socioterritorial*. Como afirmava Isnard (1982), espaços com as mesmas virtualidades, ao serem envolvidos em processos que resultam de dinâmicas naturais ou sociais, respondem diferentemente aos estímulos, porque as sociedades implicadas possuem contextos diversos e não existe uniformidade espacial. Assim, mais fundamental que analisar causas e efeitos – porque as causas podem ser as mesmas, mas os efeitos são distintos – nosso artigo centra esforços em analisar os contextos, especialmente hoje em que se alargam os contextos. Antes, os grupos sociais, as sociedades se instalavam sobre espaços pouco ou nada alterados pela ação humana – a chamada primeira natureza –, mas hoje os eventos naturais agem sobre espaços cada vez mais artificializados, transformados pela ação social, como nos espaços urbanos ou rurais (SANTOS, 1996), por isso os acontecimentos naturais alteram o valor dos lugares e se tornam mais dramáticos. Sociedades com as mesmas virtualidades naturais, localizadas em zonas de alto índice de terremotos e furacões (incluindo tsunamis) respondem de forma diversa à renovação das materialidades e reconstrução social após os eventos destrutivos. No Haiti, as vulnerabilidades socioterritoriais, que decorreram destes eventos, apresentam estreita relação com a desigualdade socioeconômica e a pobreza. Ou seja, os eventos naturais ou sociais de grande impacto sempre encontram em seu curso contextos socioterritoriais que não se repetem.

O tempo de ocorrência e a extensão dos eventos geográficos – naturais, como os furacões ou sociais, como a recente pandemia da Covid19 – não têm os mesmos efeitos sobre os espaços precedentes que são diversos, porque interage diferentemente com a qualidade e a quantidade de instalações urbanas e/ou agrícolas, as infraestruturas, os recursos (humanos, técnicos e orçamentários) disponíveis para fazer frente às exigências de renovação das materialidades e o número e densidade das populações envolvidas. A combinação do evento com os “fatores” que ele encontra em seu curso, cria um “fenômeno unitário”, que não se repete. A vulnerabilidade dos diferentes lugares aos eventos, especialmente na periferia do

sistema, é determinada pela combinação destes elementos quando resultam, normalmente, em fragilidades, necessidades e carências. Sem dúvida, é importante buscar formas capazes de responder adequadamente às reconstruções sociais e materiais das nações que sofrem com eventos destrutivos (CARREÑO, CARDONA, BARBAT, 2005; CUTTER, 2011), mas precariedades preexistentes, que criam fenômenos unitários – verdadeiras “situações geográficas” (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 1999; CATAIA & RIBEIRO, 2017) – desafiam soluções simples e sem aderência ao território.

Em face às vulnerabilidades sociais (especialmente o grau de pobreza de boa parte da população) e territoriais (falta de infraestruturas básicas para o exercício da cidadania), os eventos geográficos que atingiram o Haiti e nos interessam neste artigo, têm uma dimensão de maior drama e destruição que se perenizam no tempo. E, de fato, os eventos possuem duas escalas, uma que é referida à sua escala de atuação, de impacto, e outra que se refere ao tempo de duração do fenômeno. Nos países pobres, o drama da duração de um evento está estreitamente ligado ao fato de que a falta de recursos para a reconstrução da região ou do país, prolonga as consequências depois de cessado o fenômeno em si; é a catástrofe que perdura. Ao juntarmos os aspectos sociais com os territoriais, não temos apenas uma soma entre a sociedade e o seu meio, mas uma indissociabilidade, pois o meio ambiente construído precário condiciona as ações sociais, portanto, o termo socioterritorial faz referência a um amálgama entre a sociedade e o território do qual e com o qual se vive.

Nosso artigo faz alusão ao conceito de “evento”, tal como formulou Santos (1996) para designar o elemento ou elementos estruturantes que transformam os lugares quando os atingem, propondo um novo enquadramento societário, a emergência de uma nova história e de novos nexos da sociedade com seu território. Para Zizek (2017), a catástrofe não designa apenas nossa ruína ecológica, mas especialmente a perda de raízes de solidariedade que possibilita a implacável exploração da terra e das pessoas, tal como as análises de Klein (2008) sobre as políticas públicas neoliberais do governo norte-americana após a passagem do furacão katrina³.

³ Não desconhecemos as importantes abordagens teóricas e metodológicas que fazem referência aos eventos climáticos extremos e às catástrofes ou desastres naturais, como os trabalhos seminais de autoridades na temática, como Ulrich Beck, Ksenia Chmutina & Jason Von Meding, Naomi Klein, Henri Acselrad, Carlos Nobre, Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. A lista seria extensa, tanto na literatura nacional quanto internacional, e encontradas especialmente em revistas especializadas, como *Environment and Urbanization* e *Discover Magazine* (para citar apenas duas) com seus capítulos destinados aos desastres. Especificamente sobre análises centradas no Haiti, destacamos Vincent Joos, Martin Munro e John Ribó (três professores da Florida State University) com recente publicação – 6º Volume de extensão publicação sobre desastres (*The power of the story. Writing disasters in Haiti and the circum-caribbean*. New York/Oxford: Berghman, 2023). Contudo, nossa abordagem é a do evento como uma *ruptura no curso normal das coisas*, que aprofundam as vulnerabilidades

Para a análise proposta dividimos nosso artigo em três partes e a conclusão. Na primeira parte refletimos sobre os eventos geográficos e as condições de vulnerabilidades socioterritoriais no Haiti, apresentando nosso entendimento teórico dos conceitos utilizados. Na segunda parte, discutimos os impactos dos eventos geográficos no Haiti e como estes impactos repercutem na sociedade e no território, fazendo com que a pobreza seja reproduzida. Na terceira parte, colocamos em debate as consequências dos eventos nos setores produtivos do Haiti, uma discussão fundamental, pois a perda de capacidade produtiva é imediatamente refletida na incapacidade de geração de emprego e renda, sobretudo quando o neoliberalismo se tornou uma das fontes de desordem social no país.

Eventos geográficos e condições de vulnerabilidade socioterritorial no Haiti

Os eventos geográficos possuem um conjunto de atributos que os caracterizam: a) eles podem ser sociais ou naturais; b) sua duração no tempo é diversa: pode ter uma duração natural, como pode ter uma duração organizacional; c) há eventos programados e outros que surgem de surpresas; d) os eventos possuem extensões de impacto distintas (SANTOS, 1996). Aqueles que são o foco de nossa pesquisa no Haiti, são eventos naturais, possuem uma duração que corresponde aos fenômenos naturais, ou seja, fogem ao controle social, não são programados, suas consequências não podem ser previstas e suas extensões de impacto são bastante diversas, sendo que algumas delas chegam a operar em grandes extensões. Os eventos geográficos naturais fazem parte da dinâmica da natureza em busca de seu equilíbrio dinâmico. Conforme Ferretti (2015), resultados destrutivos são notados em maior nível, evidentemente nas áreas onde há maior concentração de pessoas, bens e infraestruturas, contribuindo para uma situação de vulnerabilidade socioterritorial.

A vulnerabilidade socioterritorial é definida pela suscetibilidade ou algum grau de incapacidade de lidar com efeitos adversos provocados por eventos geográficos, especialmente quando há perdas ou danos irreversíveis sociais e/ou materiais. Para Lavell (2010), a vulnerabilidade se relaciona à predisposição ou propensão de elementos da sociedade a sofrer danos e perdas que levam a dificuldades para se recuperar. Neste contexto, a análise da vulnerabilidade, segundo Carreño, Cardona e Barbat (2005), é vinculada a um processo que determina o grau de suscetibilidade a danos de um componente ou grupo de

socioterritoriais e agravam a situação dos grupos e sujeitos sociais que já sofreram situações de subalternidade política, sobretudo em sociedades marcadas pelo colonialismo e hoje pelo neoliberalismo.

elementos expostos a uma ameaça específica. Ou seja, a vulnerabilidade resulta de uma combinação singular, própria a cada lugar e que exige conhecer seu contexto, sua processualidade, resultado do arranjo em sistema coerentemente construído ao longo do tempo. Certas infraestruturas, quando destruídas, como por exemplo estações de tratamento de água potável, colocam imediatamente as populações envolvidas em situação de vulnerabilidade, ainda que elas não tenham sido diretamente atingidas pelo evento. É neste sentido que os eventos criam sinergias, multiplicando efeitos indesejados. Cutter (2011) e Acselrad (2006) apontam que a vulnerabilidade se refere à exposição de indivíduos, bens e comunidades a eventos e processos prejudiciais, bem como ao seu nível de resistência e capacidade de recuperação. Este conceito engloba fatores relacionados à exposição e susceptibilidade.

Por estas razões, Santos (1996), lendo Henri Focillon, considera que os eventos são portadores de *brutalidades eficazes*. Quando eles emergem propõem uma nova história, pois a reação a eles é inescapável, ainda que seja para o êxodo. Por isso, eles são irreversíveis e qualificam os novos tempos.

O Haiti é hoje um dos países de grande *vulnerabilidade socioterritorial*, situação expressa pelas constantes instabilidades de governos, deterioração das infraestruturas urbanas e produtivas, pobreza crescente de sua população e disputas delinquentes pelo poder. As vulnerabilidades são agravadas pelos furacões, ciclones e terremotos (estes, de grande magnitude) que atingem o país. Quando estes eventos se dão, (cfe, SANTOS, 1996), eles esgotam antigas possibilidades e colocam aos grupos sociais atingidos – vulnerabilizados – uma nova história, não havendo escapatória, daí o termo usado acima: *brutalidade eficaz*. Para Monteiro & Pinheiro (2012), as ameaças são potencializadas pelas vulnerabilidades nascidas do processo civilizatório e, de fato, os eventos não se dão sobre um espaço desabitado e a construção histórica deve muito à colonização haitiana, longamente gestada para alimentar a voracidade do sistema colonial que deixou profundas marcas.

Historicamente no Haiti esses eventos geográficos sempre comprometeram, em algum grau, as infraestruturas, envolvendo construções residenciais, comerciais e industriais urbanas, infraestruturas de transportes e telecomunicações, edifícios da administração e serviços públicos (centros de saúde, escolas, hospitais), assim como a perda de vidas humanas. Alguns furacões, como os que ficaram conhecidos como Gustav (26 de agosto de 2008) e Hanna (6 de setembro de 2008), foram, em termos de destruição, os mais

significativos a atingir o território haitiano desde o início deste século, tendo afetado mais de 100 mil famílias e causado mais de 300 mortes (OCHA, 2008).

Destaca-se que quando eventos desta magnitude ocorrem, seu potencial de destruição é intensificado pela falta de estruturas urbanas e rurais adequadas e serviços emergenciais de atendimento social, deixando a população ainda mais fragilizada. As evidências que corroboram essa afirmação podem ser encontradas não só nas consequências dos desastres mais recentes, mas em toda a história do Haiti. Segundo relatório do *Ministério da Economia e das Finanças* (MEF, 2016), as repercussões adversas a estes eventos geográficos são muito graves no Haiti, provocando maior vulnerabilidade socioterritorial e fraqueza institucional do país.

O Haiti, com uma população de 11.905.897 de habitantes, é considerado como um dos países mais da América e ocupou a posição 170 de 182 países no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destacando-se como um dos mais baixos do planeta. Assim, os dados de *Institut Haïtien de Statistique et de l'Informatique* (IHSI) escrito em 2014 e foi publicado em 2015, estimou que, cerca de 59% dos haitianos vivem abaixo da linha de pobreza com menos de US\$2,44 por dia e 24% sobrevivendo em situações de extrema pobreza, com menos de US\$1,24 por dia no território nacional. Além disso, a pobreza é considerada mais intensa nas regiões rurais. Na realidade, 80% dos pobres viviam em zonas rurais, dos quais 38% em extrema pobreza, em comparação com 12% nas áreas urbanas e 5% na área metropolitana.

Como afirmou Santos (2012), toda pobreza possui dimensão espacial revelada por duas circunstâncias distintas: uma relacionada à organização do espaço, que resulta na concentração de riqueza nas mãos de poucos, segregando espacialmente as populações; e outra relacionada a casos extremos de imobilidade, nos quais os indivíduos ficam presos em bairros ou regiões carentes de recursos. Muitas pessoas acabam privadas do acesso a serviços básicos pelo fato de viverem onde vivem, comprometendo assim sua dignidade, uma vez que a igualdade dos cidadãos pressupõe uma acessibilidade similar aos bens e serviços.

Tal condição de vulnerabilidade socioterritorial leva os habitantes a viverem um cotidiano bastante precário e a praticarem, por exemplo, a superexploração dos recursos naturais, já que não possuem alternativas. A pobreza alcança seu maior patamar no meio rural, onde reside grande parte da população e existem, por exemplo, altos níveis de desmatamento e trabalho em condições consideradas altamente precárias. Assim, devido aos fortes desequilíbrios macroeconômicos e estruturais, somados à ocorrência desses eventos

geográficos, a maior parte dos habitantes do país não usufrui dos mais básicos direitos à vida, como alimentação, moradia, saúde, educação, segurança; nem mesmo na capital, Porto Príncipe, existe água potável encanada, ela deve ser comprada no mercado (SNGRD, 2014). Direitos sociais não são legalmente garantidos e mesmo que o fossem, não há equipamentos públicos para o exercício da cidadania. Aquilo que Kowarick (2009) reconheceu ao analisar o Brasil, podemos afirmar que conceitualmente também tem validade para o Haiti, pois a vulnerabilidade é refletida na ausência de garantias sociais, com uma parcela significativa vivendo à margem da cidadania, enfrentando extrema pobreza e privações sociais. Essa realidade é marcada pela ausência de acesso aos serviços sociais básicos, resultando em uma desproteção social que afeta os pobres e reproduz a pobreza. Portanto, a vulnerabilidade não é referida a uma condição do indivíduo – o vulnerável –, mas refere-se a um processo socioterritorial que se perpetua e condiciona a existência e compromete o futuro.

Devido à ocorrência e à sobreposição dessas circunstâncias geográficas, o Haiti se tornou refém da Organização das Nações Unidas (ONU) e da chamada “comunidade internacional”, no sentido de depender de interferências externas (ajuda humanitária, por exemplo) para a manutenção das condições básicas de sobrevivência do seu povo e da gestão política do território (SAINTE; LÄMMLE, 2019; SAINTE; LÄMMLE, 2021a; SAINTE; LÄMMLE, 2021b). Trata-se de ações geopolíticas que, sob justificativa de ajuda humanitária e de auxílio no crescimento econômico do país, têm como intuito estratégico maior atender interesses de agentes hegemônicos estrangeiros a partir do acesso e usufruto do que Benko e Pecqueur (2001) chamaram de *recursos e ativos territoriais*. Estes, se referem a tudo que pode ser extraído; os ativos são os recursos já valorizados e que estão “em atividade”, diferentemente dos recursos que ainda não foram explorados, mas podem ser revelados e valorizados; diversamente dos ativos, os recursos representam uma reserva. Neste sentido, a vulnerabilidade socioterritorial não é um processo apenas endógeno aos territórios nacionais, mas participa subordinadamente da divisão internacional do trabalho.

Esta situação é agravada com a instauração de determinados governos apoiados por lideranças internacionais e a instalação e operação de empresas transnacionais em alguns ramos produtivos (inclusive enfraquecendo empresas nacionais), como o têxtil (SAINTE, 2022). A ação destas empresas, como apoio de seus governos do Norte, são exemplos claros da subalternização econômica e política do Haiti. Apesar disso, dados oficiais e relatórios da própria ONU apontam para uma piora dos indicadores sociais, como aumento da pobreza e da violência, ocorrência de epidemias, deterioração das infraestruturas básicas de assistência

social e da instabilidade política, confirmada pelo assassinato do então presidente Jovenel Moïse no segundo semestre de 2021 por organizações criminosas⁴.

Vulnerabilidade do território ao terremoto de 2010

O Haiti está localizado no arco insular das Antilhas do Caribe, região propensa à passagem de furacões e que é tectonicamente instável. São marcantes os terremotos ocorridos na capital Porto Príncipe em 1750 e 1770, no Cabo haitiano em 1842 e 1887, bem como em Saint-Marc em 1932 (PREPETIT, 2010). Já no contexto atual, destaca-se o terremoto de 12 de janeiro de 2010, marcado pelo desencadeamento de uma crise humanitária ainda mais intensa e sem precedentes (SAINTE; LÄMMLE, 2021a). Além dos terremotos, diversas regiões haitianas são comumente atingidas por ciclones: vindos do Oceano Atlântico e dirigindo-se ao continente norte-americano, passam exatamente pelo Haiti e por outros países caribenhos. Apesar de serem atividades naturais históricas, que podem se repetir e provocar destruições, as precárias e mínimas redes sociais e infraestruturais de mitigação, já debilitadas, não são capazes de fazer frente aos desafios. As restrições da renda *per capita* e do orçamento nacional limitam investimentos de longo prazo, especialmente quando expostos a riscos (BORDE, *et al.* 2015) que afetam tanto as áreas rurais quanto urbanas.

A Ilha de Hispaniola possui canais de drenagem bastante densos, em um verdadeiro território anfíbio, mas que rapidamente pode ser alvo de fortes tempestades e inundações. A análise das informações do *Sistema Nacional de Gestão de Riscos e Desastres* (2014) e da Comissão de Proteção Civil mostra que chuvas cuja intensidade é acima da média provocam inundações, enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra, gerando consequências catastróficas, principalmente no Departamento Sul e no espaço urbano da capital. Diversas cidades das regiões sudoeste e norte do país, apresentam graves problemas com inundações.

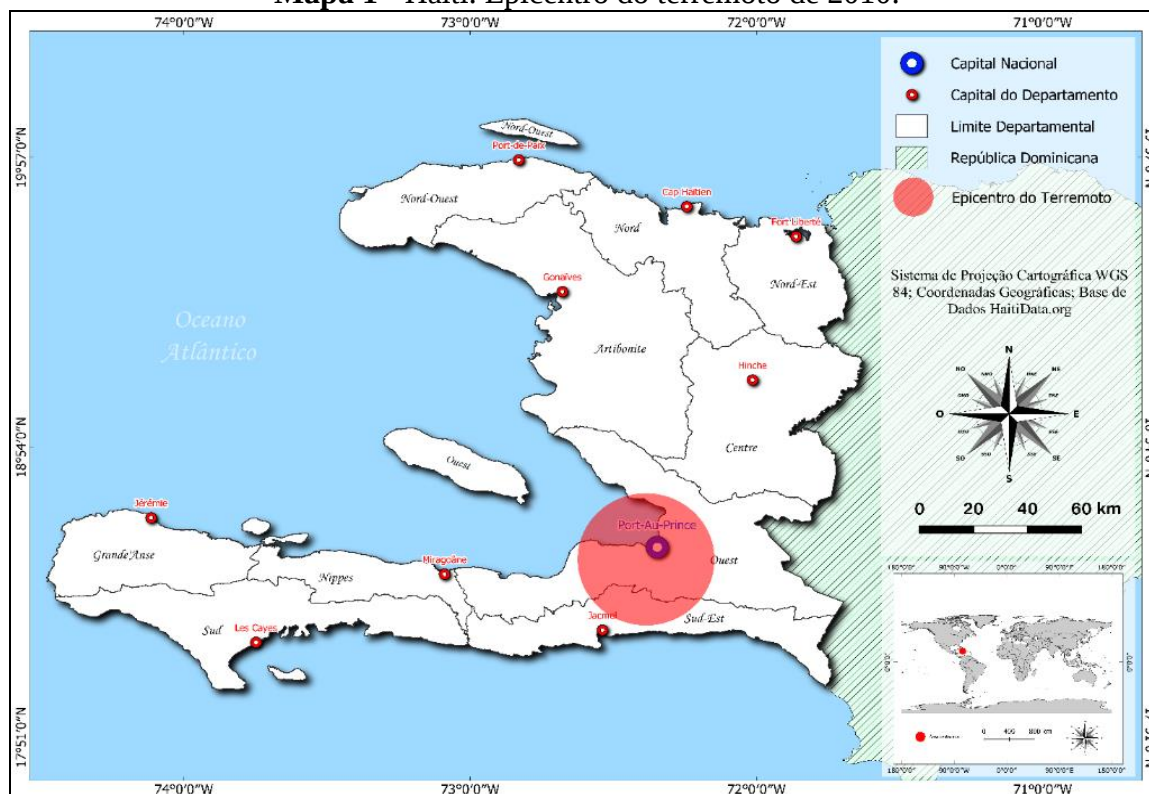
Segundo o Relatório *du Ministère de la Planification et de la Coopération Externe* (MPCE, 2007), durante o século XX, o país foi afetado por 34 tempestades e ciclones. Cerca

⁴Enquanto fazemos a revisão deste artigo – meados de março de 2024 – o Primeiro-Ministro do Haiti, Ariel Henry, não pôde retornar de viagem internacional porque uma gangue tentou tomar o aeroporto internacional em Porto Príncipe e seu líder, um ex-policial, ameaçou com uma guerra civil e genocídio se o Primeiro Ministro retornasse ao país. Em reunião de urgência do Caricom (Comunidade do Caribe), ocorrida na Jamaica em 11/03/2024, o Presidente da entidade (Mohamed Irfaan Ali, Presidente da Guiana) comunicou Primeiro-Ministro renunciou ao cargo, depois de o assumir como interino em julho de 2021 após o assassinato do Presidente Jovenel Moïse. Uma nova “ajuda humanitária” foi anunciada pelos EUA para apaziguar o país: a maior parte do recurso anunciado é destinada a pagar uma nova intervenção militar (ver reportagem do jornal <https://www.nytimes.com/2024/03/11/world/americas/haiti-gangs-pm-henry-resigns.html>) feita por um terceiro país a mando do império.

de 80% deles ocorreram após 1954 e 44% foram registrados na década de 1990. Um grande desastre tem atingido o país a cada 5 ou 7 anos e um desastre reconhecido internacionalmente tem ocorrido a cada 2 anos. Em virtude da repetição de impactos, um sobre o outro, um grande desastre não é mais necessário para ocasionar danos relevantes no território haitiano.

Num intervalo de quase 12 anos, o Haiti foi atingido por dois grandes terremotos (2010 e 2021). O primeiro, ocorrido em 12 de janeiro de 2010, de magnitude 7,0, com epicentro próximo à cidade de Léogane, a 17 km ao sudoeste da capital Porto Príncipe, departamento de Oeste (BELLERIVE, 2010), devastou várias cidades e causou mais de 300.000 mortes (SAINTE, 2017). Dois anos antes, em 2008, tempestades tropicais e furacões já haviam resultado em perdas estimadas em 15% do PIB. Seguidos pelo terremoto de 2010, obrigaram o deslocamento de 1,5 milhão de pessoas, provocando prejuízo equivalente a 20% do PIB do país (MEF, 2014), sendo as áreas mais urbanizadas as mais devastadas (COURBAGE *et al.*, 2013). Muitos moradores permaneceram dentro de suas residências ou de edifícios comerciais como forma de se protegerem dos impactos sísmicos, o que aumentou ainda mais a quantidade de vítimas. A área metropolitana de Porto Príncipe foi a que sofreu danos mais significativos (Mapa 1).

Mapa 1 - Haiti. Epicentro do terremoto de 2010.



Fonte: Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, 2010.
Elaboração cartográfica: Autores (2022).

A relação entre abalo sísmico de grande magnitude e proporção de impacto socioterritorial está diretamente relacionada à densidade populacional e de infraestrutura. Evidentemente, onde há maiores densidades, a tragédia é maior, e o terremoto teve como epicentro, justamente, a parte de maior concentração populacional e urbana do Haiti, que é sua capital. Bellerive (2010) afirma que o terremoto de 2010 afetou, sobretudo, a população mais pobre; cerca de 67% das pessoas sustentavam-se com menos de dois dólares por dia (pouco antes do terremoto), com cerca de 1,5 milhão de pessoas (15% da população nacional) diretamente afetadas, além de 300.000 feridos. De fato, pobreza e precariedade do espaço construído urbano, com significativa presença de favelas (*bidonvilles*) sem serviços sociais básicos, alimentou o ciclo vicioso das desigualdades. As análises de Aristide (2014) sobre a acelerada urbanização na comuna de Ouanaminthe (resultado da migração provocada pelo terremoto), nordeste do país, revelam os nexos entre ausência de serviços públicos e reprodução da pobreza, especialmente em situações de “choque” (Klein, 2008) sofridos por eventos abruptos que mudam o rumo da história.

Grande parte das pessoas afetadas pelo terremoto de 2010, continuaram a viver na área do epicentro do terremoto, com objetivo de tentar recuperar o que fosse possível diante da destruição, buscando reassegurar a relação e a identidade com o lugar; outra parte da população deixou a capital para morar com familiares em outras regiões do Haiti, ocasionando um deslocamento intenso de população. Segundo Coubarage (2013), após o terremoto, 1,3 milhão de pessoas passaram a viver em abrigos na região metropolitana de Porto Príncipe, capital do país, a região mais prejudicada.

Nesse contexto, 22.425 deslocaram-se para o sul do país, 30.000 pessoas foram para o Departamento de Nippes e 55.167 pessoas deslocaram-se para o Departamento de Grande Anse. Já no departamento do Oeste, 704.776 pessoas foram para as cidades vizinhas e o número de pessoas que se mudaram para o Departamento de Artibonite foi de 160.000. As áreas consideradas mais afetadas foram: Léogane: de 80% a 90% destruída; Petit-Goâve, 15 %; Jacmel, 50% a 60%; Carrefour, 40% a 50 %; Gressier, teve entre 40% e 50% de área urbana destruída.

Em dados gerais, os danos causados pelo terremoto de 2010 incluíram cerca de 105.000 casas integralmente destruídas e mais de 208.000 danificadas. Outrossim, segundo Bellerive (2010), mais de 50 hospitais e centros de saúde e 1.300 instituições de ensino foram destruídas ou ficaram arruinadas. Os prejuízos e danos causados pelo terremoto foram estimados em US\$7,8 bilhões, uma soma maior do que o PIB do Haiti em 2009. A maior

parte ocorreu no setor privado, estimado em US\$5,7 bilhões, enquanto a participação do setor público totalizou US\$2,1 bilhões. Ademais, o valor dos ativos físicos destruídos, incluindo unidades habitacionais, escolas, hospitais, edifícios, estradas e pontes, portos e aeroportos foi estimado em US\$4,3 milhões. E a alteração dos fluxos econômicos (perdas de produção, redução do volume de negócios, perdas de emprego e aumento do salário nos custos de produção, dentre outros) alcançou US\$3,5 milhões. A tabela 1 apresenta os dados de diferentes setores relacionados às consequências do terremoto no Haiti.

O setor da habitação foi o mais afetado pelo terremoto, com danos estimados em US\$2,3 bilhões. Isso representa cerca de 40% dos efeitos produzidos pelo desastre. Ao incluir o valor da destruição das unidades habitacionais, observam-se vários tipos e qualidades de imóveis parcialmente danificados, além de bens de consumo perdidos. Também se deve notar que as perdas para a habitação são estimadas em US\$739 milhões e envolvem o custo de fornecimento de abrigos temporários, de demolição e o valor das perdas de aluguel. Outros setores são: o comércio (danos e perdas de US\$639 milhões, ou 8% do total), transportes e edifícios da administração pública (US\$595 milhões) e educação e saúde (com uma média de 6% do total) (BELLERIVE, 2010).

Tabela 1 – Haiti. Avaliação de danos e perdas causados pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010 (em milhões de dólares).

Temas/Subtemas	Danos (em milhões de dólares US)			Perdas (em milhões de dólares US)		
	Público	Privado	Total	Pública	Privada	Total
Meio ambiente & Gestão dos riscos e desastres	3,00	0,00	3,00	321,40	175,00	496,40
Setores Sociais	153,8	805,40	959,9	197,8	355,00	553,30
Água e saneamento	20,9	13,10	34,00	8,4	193,00	201,40
Saúde	94,7	101,70	196,40	187,7	86,10	273,70
Educação	38,2	395,60	434,00	1,7	41,50	43,20
Segurança alimentar e Nutrição	0,00	295,00	295,00	0,00	35,00	35,00
Infraestruturas	628,1	2538,60	3166,70	774,2	520,60	1294,8
Habitação	0,00	2333,20	2333,2	459,4	279,3	738,7
Transporte	188,50	118,6	307,1	91,6	197,50	289,1
Telecomunicações	66,00	28,00	94,00	24,00	22,00	46,00
Energia	20,8	0,00	20,8	37,3	0,00	37,3
Infraestruturas urbanas e Comunidades	352,80	58,80	411,60	162,00	21,8	183,8
Setores Produtivos	3,1	394,00	397,10	0,00	933,00	933,00
Agricultura	3,1	49,9	53,00	0,00	96,0	96,0
Indústria	0,00	74,6	74,6	0,00	267,7	267,7
Comércio	0,00	148,7	148,7	0,00	490,6	490,6
Finanças e Banco	0,00	98,2	98,2	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	22,6	22,6	0,00	79,0	79,0
Total	1.572,1	3.738,0	4.526,2	1.293,4	1.984,50	3.277,8

Fonte: Tabela criada pelos autores a partir de dados adaptados do Plano de Ação para o Desenvolvimento do Haiti. DPNA, 2010.

Além da tragédia social do terremoto, ele afetou o desempenho econômico do país. Entre 1971 e 2013, a economia haitiana sofreu muitas instabilidades, cada uma com impacto negativo diversificado. Eles variam de acordo com a natureza dos desastres: os efeitos das inundações, por exemplo, são geralmente limitados a algumas áreas, atingem consequentemente menos pessoas e possuem consequências de menor alcance. Se considerar o ano de 2008, o território haitiano foi atingido por quatro furacões que causaram a queda na produção agrícola, enquanto o terremoto de 2010 resultou em perdas humanas significativas e danos nos diversos setores econômicos e nas infraestruturas e deslocamento intenso da população.

Em 2012, o país foi atingido por dois furacões (Isaac e Sandy) e uma seca, levando a um declínio de 1,3% no setor agrícola. Já o ciclone Matthew devastou parte do país em 2016, atingindo principalmente o Sul e Sudeste (MEF, 2016). De acordo com dados divulgados pela Direção de Proteção Civil do Ministério do Interior (2016), 546 pessoas foram mortas, 128 pessoas desapareceram e 439 ficaram feridas, além de mais de 175.500 alojadas em 224 abrigos temporários. De modo geral, cerca de 2,1 milhões de pessoas foram afetadas pelo furacão Matthew, dos quais 1,4 milhão estavam em situação de assistência social e em condição de ajuda humanitária.

Esses eventos geográficos causaram graves inundações, danificação de estradas, destruição de muitas infraestruturas urbanas, linhas de energia, edifícios públicos, residências privadas, hospitais, igrejas e escolas, que foram integralmente abaladas e acarretaram impactos muito prejudiciais à agricultura e, consequentemente, no abastecimento da população. O último ciclone a atingir o Haiti foi Matthew, e suas consequências, assim como de eventos passados, são sentidas até os dias atuais.

Para melhor observar as perdas causadas por ele, a Tabela 2 apresenta, em cada setor da economia do país, as perdas e os danos decorrentes do evento. Grande parte se deu nos setores sociais, como habitação, educação, agricultura, comércio e infraestrutura, turismo e meio ambiente, setores produtivos, exacerbando a vulnerabilidade socioespacial e econômica (MEF, 2016).

Tabela 2 – Haiti. Danos e perdas causados pelo ciclone Matthew (2016) por setores da economia.

Setores	Danos ou prejuízos (em milhões de US\$)	Perdas (em milhões de US\$)	Total de danos e perdas (em milhões de US\$)
Setores sociais	618,0	150,1	768,1
Alojamento e urbanização	536,8	59,6	596,4
Saúde	19,1	56,4	596,4

Educação	62,1	34,1	96,2
Infraestrutura	210,6	154,1	334,7
Transporte e telecomunicações	168,6	114,5	283,1
Água e saneamento	20,6	5,2	25,8
Energia	21,4	4,4	25,8
Setores produtivos	454,7	319,2	773,9
Agricultura, pesca	390,8	213	603,8
Comércio e indústria	59,7	102,4	162,1
Turismo	4,2	3,8	8,1
Meio Ambiente	11,2	----	11,2
Áreas protegidas e parques nacionais	11,2	-----	11,2
Total	1.294,5	1.216,8	1.887,7

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados adaptados do Ministério da Economia e Finanças do Haiti, 2016.

O *Ministério da Economia e Finanças* (2016) afirmou que o ciclone Matthew resultou em um custo orçamentário relevante, sendo o custo fiscal anual médio estimado pelo governo em torno de 1% do PIB. Esse custo considera danos causados pelos furacões tropicais no Haiti (0,8% do PIB) e terremotos (0,2% do PIB). Por falta de uma estratégia financeira para gerir esse risco e proporcionar uma margem orçamentária, os desastres socioambientais requerem articulação adequada dos capitais públicos.

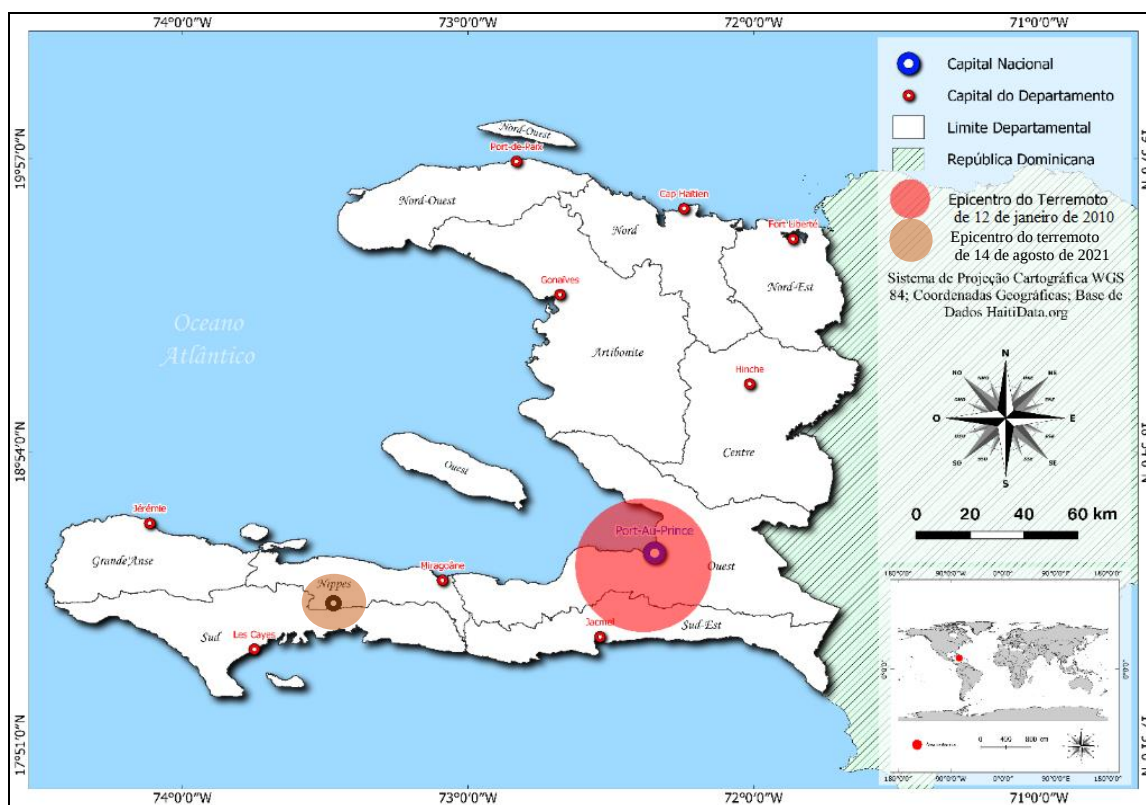
Observamos que nos momentos de maiores crises, que desembocam em uma crise humanitária, várias organizações apoiaram o governo haitiano, sobretudo, a Cruz Vermelha Haitiana, fundamental para pessoas em situação vulnerável. Em suma, esses agentes internacionais sempre estão presentes no território haitiano, sob auspício da ajuda humanitária como facilitadora da assistência social a chegar a áreas mais vulneráveis. Diante disso, o evento geográfico muda o formato, mas as organizações não resolvem os problemas sociais (de habitação, infraestrutura, educação, dentre outros), fazendo com que a situação continue a se agravar após a ocorrência do desastre. Com o passar do tempo, a situação de vulnerabilidade socioterritorial aumenta em todo o território haitiano, tanto nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais.

Efeitos socioterritoriais do terremoto de 14 de agosto de 2021

O terremoto de 14 de agosto de 2021 atingiu a magnitude de 7,2 na escala Richter e atingiu principalmente a Península Sul do Haiti, incluindo os departamentos de Sud, Grand-Anse e Nippes; seu epicentro foi localizado em Petit-Trou des Nippes, cerca de 125 km a oeste da capital, Porto Príncipe. Contudo, destaca-se que a população teve um comportamento

diferente do anterior, procurando locais onde não havia casas e com espaços distantes dos desabamentos, o que evitou um número maior de vítimas. O Mapa 2 mostra os epicentros desses dois terremotos.

Mapa 2 - Haiti. Epicentro dos terremotos de 2010 e 2021.



Fonte: Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, 2010.

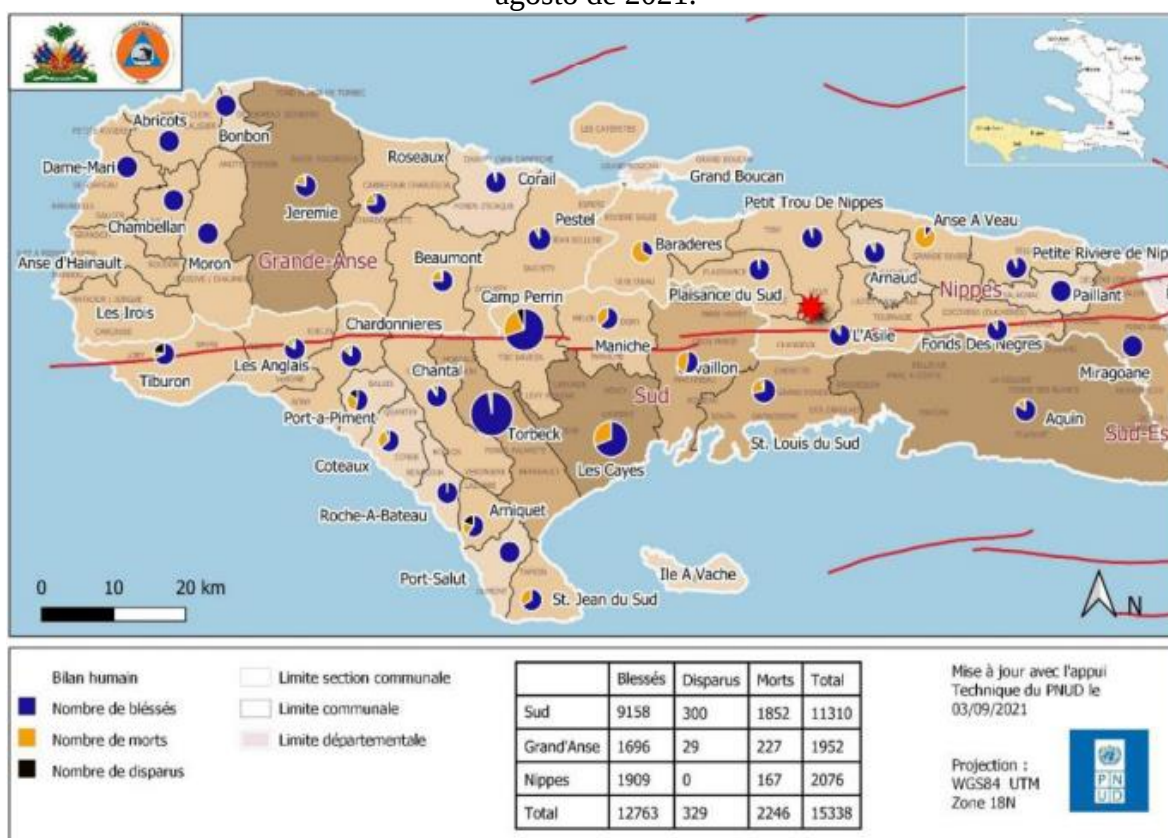
Elaboração cartográfica: Autores (2022).

Comparativamente ao terremoto de 2010, o epicentro do terremoto de 2021 foi próximo à superfície da Terra (entre 10 km e 20 km de profundidade). De acordo com os resultados preliminares, o terremoto ocorreu em duas etapas: um primeiro segmento aconteceu entre os municípios de Asile e Baradès, liberando a maior parte da energia; a ruptura então se propagou para oeste na área de Pic-Macaya, Maniche, Camp-Perrin, tornando-se mais superficial. A população exposta à intensidade dos tremores foi estimada em 971.198 pessoas, ou 59% da população total da Península Austral, segundo a distribuição departamental do país.

O terremoto de 2021, apesar de maior magnitude, causou 2.246 mortos nos três departamentos. Segundo o Relatório de *Centre des Opérations d'Urgence National* e de acordo com o último relatório parcial fornecido pela Diretoria de Proteção Civil (DPC), divulgado no dia de 4 de setembro de 2021, haviam sido registrados 1.852 mortos no

Departamento Sul, 227 no Departamento Grand-Anse e 167 Departamento de Nippes, e também um total de 329 pessoas desaparecidas, além de 12.763 mil feridos, números que podem ter sido ainda maiores devido à grande quantidade de pessoas que não foram identificadas pelas operações de resgate. Conforme o Mapa 3, é possível visualizar a quantidade de pessoas afetadas direta e indiretamente pelo terremoto de 14 de agosto de 2021 distribuídas entre os três departamentos da Península Austral do Sul do país.

Mapa 3 - Haiti. Número de pessoas afetadas direta e indiretamente pelo terremoto de 14 de agosto de 2021.



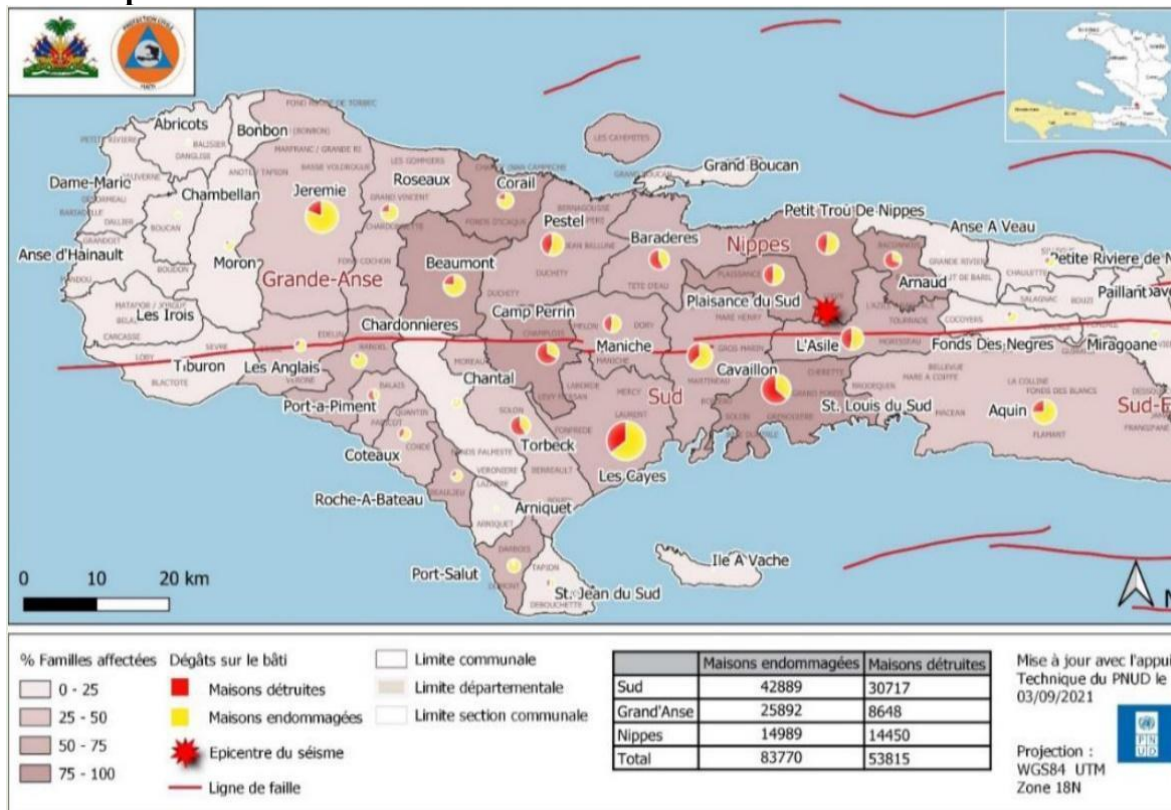
Fonte: Rapport d'évaluation de tremblement de terre de CIAT (2021).

De acordo com o Relatório de *Comité Interministériel d'Aménagement du Territoire* (CIAT) de 2021, a Península Austral é a mais afetada pelos eventos, porém seus Departamentos sofrem diversamente as consequências. Evidentemente, os municípios montanhosos (como Corail, Pestel, Camp-Perrin, Arnaud, Asile, Maniche ou Torbeck), são mais afetados por deslizamentos de terra e demandam maior auxílio (CIAT, 2021).

Além do número de mortos contabilizados nos três departamentos, a *Diretoria Geral de Proteção Civil do Haiti* (DPC) informou que, ao todo, mais de 137 mil famílias foram afetadas nessa região. Aproximadamente 59% da população total dos três departamentos

precisavam de ajuda humanitária de emergência (OCHA, 2021). No Mapa 4, é possível verificar o número de casas destruídas e danificadas no terremoto de 2021.

Mapa 4 - Haiti. Número de casas destruídas e danificadas no terremoto de 2021.



Fonte: Rapport d'évaluation de tremblement de terre de CIAT (2021).

Segundo Relatório do *Centre d'Opération d'Urgence Nationale* de 4 de setembro de 2021 sobre o terremoto mais recente que abalou a Península Sul apontou que 54.000 casas foram completamente destruídas nos três Departamentos atingidos pelo terremoto 2021 e mais de 83.000 sofreram danos.

Figura 1 – Imagens pós-terremoto de 2021. A: Drama da busca por desaparecidos; B: Casas destruídas e esgoto a céu.



Fonte: Foto A: Associated Press, Images (2021). B: Foto: The Atlantic (2021).

Em relação aos efeitos provocados na infraestrutura urbana do país, o Relatório do *Centre d'Opération d'Urgence National* de 4 de setembro de 2021 menciona que a percentagem de casas destruídas nas zonas rurais é, em média, de 5 a 7 vezes superior à dos centros urbanos e das cidades. No entanto, se o sismo provocou a destruição ou danos de casas tanto na cidade como no campo, o colapso das construções urbanas, majoritariamente feitas de aglomerados de escombros, resultou em mais perdas de vidas humanas do que no caso das habitações rurais, comumente construídas com madeira.

A avaliação de danos pós-desastre (Tabela 2) mostra que o prejuízo econômico do evento chegou a US\$ 2.050 bilhões, o equivalente a 10% do PIB do Haiti em 2021, provocando graves consequências tanto na população que vive nas áreas urbanas quanto em setores sociais e nas infraestruturas, de modo a exacerbar os efeitos da vulnerabilidade socioterritorial. Observa-se que as infraestruturas e habitações sofreram grandes danos: com os *fixos* públicos e privados (os dados indicam danos maiores nas infraestruturas e habitações privadas) danificados, o seu corresponde *fluxos*, são complementarmente afetados. Sem fluidez territorial – um híbrido de fixos e fluxos –, que é a base dos investimentos produtivos, o território torna-se mais lento, mais viscoso, com duas consequências: a primeira, refere-se à urgente demanda não por novas obras ou renovação das existentes, modernizando-as, mas pela reconstrução do que foi destruído, em um país sem recursos para tais investimentos; a segunda, é que sem a renovação das materialidades, o *território como norma* (Santos, 1996), impõe-se como uma rugosidade que compromete a economia e as contas nacionais, subordinando indefinidamente o Haiti às ajudas humanitárias e ingerências políticas praticadas pelos países do Norte Global, sempre com o pretexto da reconstrução nacional.

Tabela 2 - Danos e perdas causados pelo terremoto de 14 agosto de 2021 (em milhões de dólares) no subsetor das infraestruturas e setores sociais

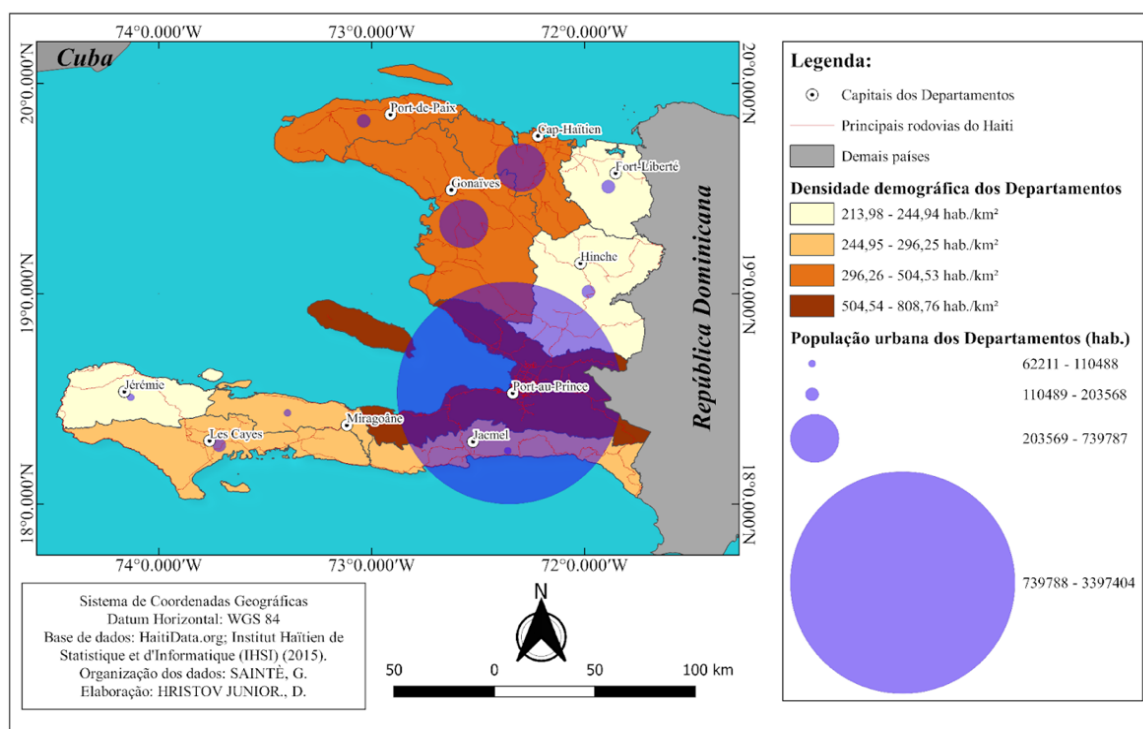
Subtemas	Danos			Perdas			Total danos e perdas		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Gestão de riscos e desastres			205,997			218,851			424,848
Setores sociais		174,64	302	25,625	43,064	355,06	115,02	217,7	646,12
Saúde			11	...		11			11
Educação	86,603	170,768	257,371	25,515	43,064	68,579	112,118	213,832	325,95
Água e Saneamento	2,79	3,87	6,6	0,11		0,11	2,9	3,87	6,77
Segurança alimentar e nutrição			27,032			275,372			302,4
Infraestruturas	123,13	733,28	856,42	86,91	19,33	106,24	210,39	769,71	979,4
Habitação		733,28	733,28	56,72	2,96	59,68	56,72	736,24	792,96
Transporte	118,65		118,65	17,7	16,02	33,72	136,35	16,02	152,37
Energia	4,48	0,0003	4,486	1 2,49	0,35	12,84	17,32	17,45	34,77
Total	335,65	1.082,55	1.364,42	112,53	62,39	680,15	325,41	987,41	2.050,37

Fonte: CIAT, 2021. Elaboração: Autores (2022).

As cidades, sem dúvida, pela concentração populacional, são sempre as mais dramaticamente atingidas. Isso ocorreu porque as áreas urbanas possuem uma densidade

demográfica maior em relação com as áreas rurais do país, o que leva a uma intensificação das consequências de eventos geográficos e também crises sociais e de problemas econômicos e provocando danos generalizados a edifícios e infraestrutura urbana, causando danos severos às instalações comerciais, industriais e serviços em uma determinada região, levando à perda de empregos, redução da produção e aumento dos custos de reconstrução nessas áreas urbanas. assim, o Mapa 5 apresenta os dados da população urbana e a densidade populacional de cada departamento, relacionados ao ano de 2014 e divulgados em 2015 pelo Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI).

Mapa 5 - Haiti. Densidade demográfica das áreas urbanas por departamentos e número de habitantes em 2014.



Fonte: Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI) (2015).

Até a década de 1980 o Haiti possuía a menor população urbana da América Latina e Caribe, constituindo-se em um país cuja economia era basicamente agrícola, mas o forte êxodo rural que foi iniciado em fins dos anos 1980, fez a população urbana aumentar rapidamente. Conforme a Tabela 3, podemos observar que em 1960 a população urbana era de aproximadamente 16% e, em vinte anos, ela cresceu para 20,5% (um aumento de 5 pontos percentuais), mas já no ano 2000, vinte anos depois, ela chegou a 35,6% (um aumento de 15 pontos percentuais), e vinte anos depois, em 2020, ela alça a marca de 57% (um aumento de 22 pontos percentuais). Este fenômeno de rápida urbanização, também característico de outros

países da região, deveu-se no Haiti a uma política deliberada de destruição de sua agricultura, à falta de condições para melhoria de situações de vida socioeconomicamente, ao desemprego e à ausência da infraestrutura básica nas diversas regiões do Haiti.

Com o fim da ditadura Duvalier, em 1986, EUA (por meio da USAID, sigla em inglês para Agência Internacional de Desenvolvimento), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), impuseram a implantação do neoliberalismo por meio de intensa privatização, abertura da economia (com adesão à globalização) e eliminação das restrições às importações, seguindo concomitantemente os preceitos do Consenso de Washington - é provável que o Haiti tenha sido o primeiro país a adotar a cartilha do Consenso, já que ele data também do ano de 1986. A abertura da economia e a eliminação de barreiras aduaneiras foram devastadoras para a economia agrícola, porque destruiu a produção agrícola nacional com a importação de alimentos subsidiados pelos EUA. O aumento da importação de alimentos - principalmente cereais -, destruiu os produtores rurais (os camponeses não podiam competir com os preços dos cereais importados: o preço do importado passou ser menor que o custo da produção camponesa), aumentando a pobreza e provocando uma fuga massiva do campo. Hoje, 96% dos cereais necessários à alimentação dos haitianos são importados (arroz, trigo, sorgo e milho) (OCHA, 2024).

Aqueles que resistiram ao êxodo rural se entregaram à extração de madeira para a produção de carvão, principal fonte de energia primária do Haiti (especialmente das populações urbanas em rápido crescimento), devastando as matas e expondo os solos à erosão. Não por outra razão, os eventos climáticos extremos e as chuvas tropicais encontram ambiente propício para catástrofes (CHARLES, 2023).

A cidade que mais recebeu contingentes de camponeses foi a capital, Porto Príncipe (Tabela 3). O maior crescimento absoluto da população de Porto Príncipe ocorreu entre os anos de 2000 e 2009. Em 350 anos de história, a cidade, fundada em 1749, concentrou 1.693.000 habitantes (ano de 2000), e no ano de 2009 a população chegou a 2.643.000. Em nove anos a população foi acrescida de 1 milhão de habitantes, um crescimento da ordem de 60%. Mas, no ano de 2010, Porto Príncipe perdeu aproximadamente 500 mil habitantes, que deixaram a cidade depois do terremoto. Em nove anos, um fluxo de 1 milhão de habitantes em direção à cidade, e em poucos meses após o terremoto, um refluxo de 500 mil pessoas fugindo da catástrofe, buscando abrigo em outras cidades.

Tabela 3 - Número total de habitantes em Porto Príncipe – Número total de habitantes no Haiti e sua taxa de urbanização.

Anos	Número total de habitantes em Porto Príncipe	Número total de habitantes no Haiti	Taxa de urbanização no Haiti (em %)
1960	247.000	3.900.812	15,59
1970	460.000	4.680.981	19,76
1980	700.000	5.646.676	20,54
1990	1.134.000	6.925.331	28,51
2000	1.693.000	8.360.225	35,60
2010	2.141.000	9.842.880	47,51
2020	2.774.000	11.306.801	57,09

Fontes: Elaborado pelos autores com base em DataBank do Banco Mundial; Perspective Monde. Outil pédagogique des grandes tendances mondiales depuis 1945. École de politique appliquée. Faculté des lettres et sciences humaines. Université de Sherbrooke, Québec, Canada.

A urbanização haitiana não é um capítulo à parte da urbanização latino-americana. Apesar de possuir suas especificidades, como em todas as Formações Socioespaciais, a urbanização haitiana espousa elementos próprios da urbanização na periferia do sistema: intensa desigualdade social, processo permanente de periferização, favelização, crescente violência tratada como caso de polícia e não de política – a repressão é brutal –, cidades segregadas entre bairros ricos e periferias desassistidas (ONU, 2016). Há setores econômicos modernos (como as Zonas Francas de CODEVI e Parque Industrial de Caracol, com produtos do vestuário voltados para exportação e financiados com recursos das grandes empresas e governos do Norte) convivendo com formas de trabalho mais precarizadas, naquilo que Santos (1978) chamou de “os dois circuitos da economia urbana”, o circuito superior é o lugar das grandes empresas, da concentração dos capitais (são de capitais intensivas) e do uso das mais novas tecnologias com uma forma racionalizada de organização do trabalho; diferente é sua convivência com o seu subordinado circuito inferior da economia urbana, caracterizado pela falta de capitais, sem apoio ou subsídio do Estado, com uma forma de organização do trabalho mais espontânea e com a presença do trabalho intensivo. É no circuito inferior que a grande maioria dos habitantes urbanos se abrigam no Haiti.

Decerto, a defesa estratégica de privilégios setoriais – e sempre o circuito superior é privilegiado –, subordina sujeitos e movimentos sociais que poderiam alavancar propostas inovadoras de uso do espaço e das condições herdadas, ao articular trabalho, emprego e ação social (RIBEIRO; SILVA, 2004).

Com base nos diversos impactos causados pelos eventos antecedentes nos espaços urbanos, os resultados do terremoto de 2021 provocaram um impacto de US\$740 milhões em danos e quase US\$60 milhões em perdas no setor habitacional. Os principais danos são

estimados em 34% do parque habitacional da Península Sul. Dentre os três departamentos, o mais prejudicado é o Sul, respectivamente, com 62% das casas abaladas (71.413 casas), seguido por Les Nippes, com 24% (27.644 casas), e Grande-Anse, com 14% (16.126 casas) (CIAT, 2021). Ademais, o terremoto teve consequências e grandes impactos no setor da saúde, visto que são incorporados à fragilidade e vulnerabilidade socioterritorial preexistente nos serviços públicos em termos de acesso à comunidade haitiana ao serviço da saúde, além da preocupação causada no país durante o período de pandemia Covid-19. A gravidade dos danos e suas consequências são consideráveis, já que mais de 60% dos centros sanitários foram afetados; 23% deles tiveram danos graves e 39% danos leves, o que provocou graves consequências para a população mais vulnerável. É neste sentido que a pandemia da Covid-19 tem tudo a ver com os eventos anteriores – cada evento possui seu lapso de tempo natural –, já que o evento não é obrigatoriamente instantâneo, mas pode permanecer no tempo, pois além de sua duração natural, o evento possui uma duração organizacional. Fazer frente à pandemia sem estruturas de saúde e sanitárias previamente destruídas, tornou-se praticamente impossível sem as ajudas humanitárias do exterior. A vulnerabilidade socioterritorial é uma estrutura condicionada pelas sedimentações de diferentes períodos históricos, e é neste sentido que se pode dialogar com Santos (1997) e afirmar que o espaço é uma acumulação desigual de tempos.

Além dos impactos causados no sistema de saúde, o setor da educação sofreu danos e prejuízos equivalentes a US\$ 320 milhões: US\$ 25 milhões em danos (79% de custos gerados pelo terremoto) e quase US\$ 70 milhões em perdas. Porém, o departamento do Sul foi o mais prejudicado, estimando-se em 45% os danos e os prejuízos, seguido pelo departamento de Grand-Anse, com mais de 30% de danos e perdas. Os efeitos resultantes na infraestrutura, especialmente no setor de transporte, totalizaram US\$ 152 milhões (US\$ 119 milhões de danos e US\$ 34 milhões de perdas) e levaram a graves consequências para a circulação da população nas diversas áreas urbanas do país, como entre as cidades⁵.

Em uma situação geográfica como esta, fica evidente que o termo “planejamento urbano” dificilmente se aplicaria ao crescimento urbano do Haiti⁶. Como a concentração urbana deu-se no Haiti de forma muito mais rápida que o aumento da produtividade,

⁵ Os danos referem-se à grandeza das perdas materiais, humanas e ambientais em eventos adversos. No entanto, os prejuízos, por outro lado, são a medida das perdas sociais, patrimoniais e financeiras de um bem específico em condições de desastre ambientais.

⁶ Não porque existiria uma incapacidade técnica dos governos para o exercício do planejamento, mas principalmente porque, como afirmou Ianni (2007), a superioridade do mercado sobre o planejamento tem sido um argumento frequente entre os neoliberais.

com privatizações de empresas e adoção de políticas governamentais neoliberais, a *alienação urbana* e a *socialização capitalista* (SANTOS, 2009) foram aprofundadas. Daí a explosão das favelas não só em Porto Príncipe. As concepções de Corrêa (1997) sobre o espaço urbano – ainda que sua análise tenha privilegiado o Brasil –, em sua perspectiva teórica, são válidas para a urbanização haitiana, pois o espaço urbano é o resultado da conduta, muitas vezes conflitante, de diversos agentes sociais. Entre os agentes está o Poder Municipal, pois é a ele que caberia a função de ordenar e planejar o crescimento das cidades, mas no caso do Haiti, pouco ou nada podem os poderes locais. Sem poder para normatizar e regular o uso e ocupação do solo urbano, precários canais fluviais são assoreados e se transformam em local de deposição de lixo e entulho. O mesmo ocorre nas ruas (Figura 2), já que a coleta de lixo é praticamente inexistente na maior parte das cidades, contribuindo para a propagação de problemas sanitários e, a cada chuva ou evento climático extremo, as enchentes deixam as suas marcas, agravando desta forma as precariedades.

Figura 2– Circulação de motos em meio ao lixo acumulado e ao esgoto.



Fonte: Les Cayes (2016).

É neste sentido que as cidades em si, como materialidade e relação social, com suas sedimentações históricas, torna-se produtora da pobreza (SANTOS, 1980). Primeiro, foi uma pobreza que era encarada como alguma coisa individual e que a correta aplicação de políticas colocaria fim ao problema; depois, ela foi vista socialmente como uma coisa marginal, que

poderia e seria ser resolvida pela modernização das sociedades; mas, hoje ela é estrutural, faz parte do funcionamento do sistema de exploração. No Haiti este sistema é mais dramático, porque avultam vulnerabilidades que não permitem nem mesmo incluir no sistema de “crescimento econômico” uma pequena parcela da população que serviria para justificar a existência do sistema. A alienação urbana, socialização capitalista e meio ambiente construído precarizados pelos eventos supracitados, constituem uma situação geográfica crítica.

Consequências do terremoto de 2021 nos setores produtivos em seus nexos com o mundo da globalização neoliberal

Quando as cidades e as infraestruturas ainda não haviam sido reconstruídas e recuperadas do terremoto de 2010, outro terremoto veio abalar novamente o território, em 2021. O campo haitiano foi severamente atingido, o que provocou graves consequências, dada sua importância para a economia: o setor agrícola, que inclui os subsetores da pesca e da pecuária, correspondia em 2020 a 19,8% do PIB, empregando 50% da população. Os três Departamentos da Península Sul concentram 18% de todo o gado bovino haitiano. Em relação à pesca, a Península Austral concentra grande parte dos pescadores, que representam, respectivamente, 16,6% no Departamento de Sul, 20,5% no Grand-Anse e 6% no Nippes⁷.

Em 14 de agosto de 2021 o país foi atingido pelo terremoto e, dois dias depois, em 16 de agosto, foi a vez de um ciclone abalar o território. A sequência destes dois eventos foi bastante grave, especialmente nos três Departamentos, que já eram afetados pela insegurança alimentar. Com estes eventos a agricultura, a pesca e a pecuária entraram em colapso. Tais setores representavam, respectivamente, US\$ 43,66 milhões, divididos em US\$ 24,5 milhões em danos e US\$ 19,1 milhões em perdas. A Tabela 3 apresenta os principais danos e perdas provocados pelo terremoto nos três Departamentos do Haiti.

⁷ Nos anos 1980 o Haiti se transformou em um laboratório latino-americano do neoliberalismo (como outros países já o haviam sido ou em vias de o ser). O ano de 1986 foi marcado tanto pela queda da ditadura Duvalier quanto pelas privatizações impostas pelas potências dominantes e instituições financeiras internacionais. A citação é longa, mas resume um sedimento fundamental que contribuiu para que os desastres naturais ganhassem maior proporção: “Com efeito, nove empresas públicas foram brutalmente privatizadas: a empresa de electricidade (EDH), a empresa de telecomunicações (Teleco), o Banco Nacional de Crédito (BNC), o Banco do Povo Haitiano (BHP), a Minoterie (moinhos do Haiti, farinha e pão), a Autoridade Portuária Nacional (APN), o moinho de óleo Etanol, o Cimento do Haiti, e os aeroportos.

O extermínio do porco crioulo também é um dos episódios que marcaram a situação socioeconômica e política do Haiti. Todos os camponeses haitianos tiveram que entregar seus porcos pretos, perfeitamente adaptados ao país, para serem abatidos e substituídos por porcos cor-de-rosa, que eram muito menos resistentes e muito mais caros. A erradicação dos porcos crioulos mergulhou na pobreza os camponeses que viviam da sua criação, já que as autoridades tiraram seu único meio de subsistência” (Joseph, 2023).

Tabela 3 - Haiti. Danos e perdas provocados pelo terremoto de 14 de agosto de 2021 nos três Departamentos

Departamentos	Danos (em milhões de US\$)		Perdas (em milhões de US\$)		Totais danos e perdas
	Público	privado	Público	privado	Público e privado
Sul	3.127.435	10.336.968	---	16.371.928	29.836.331
Grand-Anse	565.840	7.807.266	---	2.017.995	10.391.101
Nippes	712.376	1.936.600	---	776.938	3.425.914
Total	4.405.651	20.080.834	---	19.166.861	43.653.346

Fonte: CIAT, 2021. Elaboração: Autores (2024).

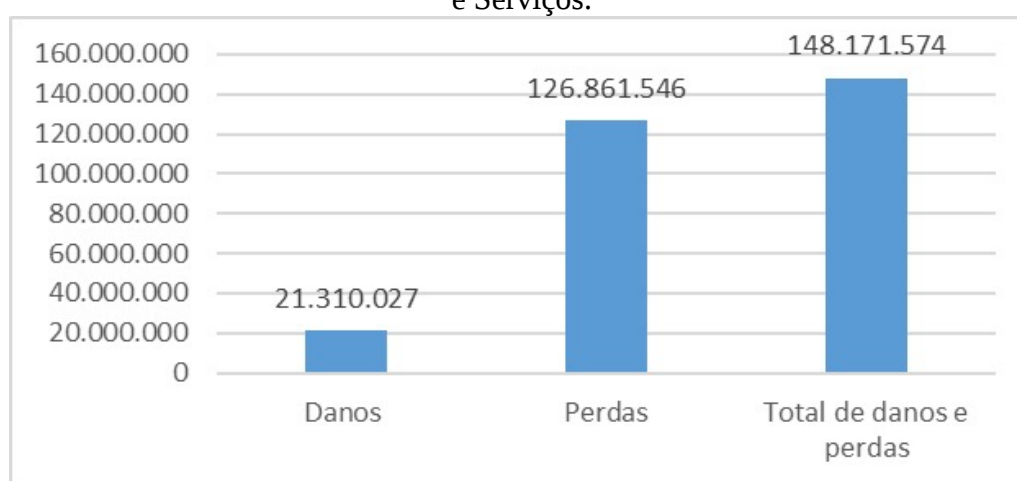
Os efeitos mais importantes do terremoto de 14 de agosto estão vinculados aos subsetores de colheitas e terrenos agrícolas perdidos, especialmente acarretados por deslizamentos de terra - sobretudo, nas áreas desmatadas para a economia do carvão -, correspondendo a cerca de US\$ 13,9 milhões, e à infraestrutura hidroagrícola, especialmente no Departamento do Sul, com um valor de US\$2,4 milhões. Assim, o subsetor pecuário foi afetado particularmente pela destruição de infraestruturas (galinheiros, pocilgas) e pastagens e pelo desaparecimento de animais, cujos danos correspondem a um valor de US\$4,9 milhões. Assim como no subsetor das pescas, os danos consistem essencialmente na destruição de barcos e instrumentos de pesca, estimado em um total de US\$0,55 milhões (CIAT, 2021).

A economia haitiana também sofreu graves consequências no comércio, na indústria e nas finanças, que afetou sobremaneira todo espaço urbano, pois como afirmou Santos (1996), uma vez produzido, o espaço passa a ser produtivo, assim, uma vez destruído, o espaço deixa de ter a produtividade espacial anterior. Na indústria, comércio e serviços, as consequências do terremoto são estimadas em cerca de US\$148 milhões: US\$21,3 milhões em danos e US\$127 milhões em perdas. Se a Tabela 3 apresenta perdas e danos por região divididas entre público e privado, o Gráfico 1 apresenta os danos e prejuízos causados nos setores econômicos.

Ainda que não seja um país industrializado, segundo os moldes das Revoluções Industriais, antes do terremoto (em 2016), o Haiti já possuía 90% das exportações em produtos industrializados da indústria têxtil, destacando-se 39% de malha camisetas, seguido por 20% de Blusas de malha, 13% de não Malhas, como ternos (Cfe SAINTIL; TEIXEIRA, 2019), principalmente produzidos no nordeste do país, nas duas Zonas Francas de CODEVI e CARACOL. Estas exportações são voltadas prioritariamente para os Estados Unidos (82%).

Logo depois do terremoto, a movimentação ou circulação dos mercados de bens e de serviços no território haitiano foi muito afetada, visto que o trânsito para a capital, Porto Príncipe, foi impedido. Os principais danos e prejuízos no setor do comércio e da indústria estão relacionados às empresas de processamento de vestuário, o principal produto de exportação (cerca de US\$ 4,5 milhões), e as perdas são estimadas em US\$ 7,5 milhões. Porém, os custos de demolição e remoção de entulhos para os setores industrial e comercial arcados pelo setor público foram da ordem de US\$0,905 milhão, enquanto o setor privado arcou com o peso das mudanças nos fluxos econômicos, representando um valor de cerca de US\$ 109,6 milhões.

Gráfico 1 - Haiti. Danos e prejuízos causados pelo terremoto de 2021 no Comércio, Indústria e Serviços.



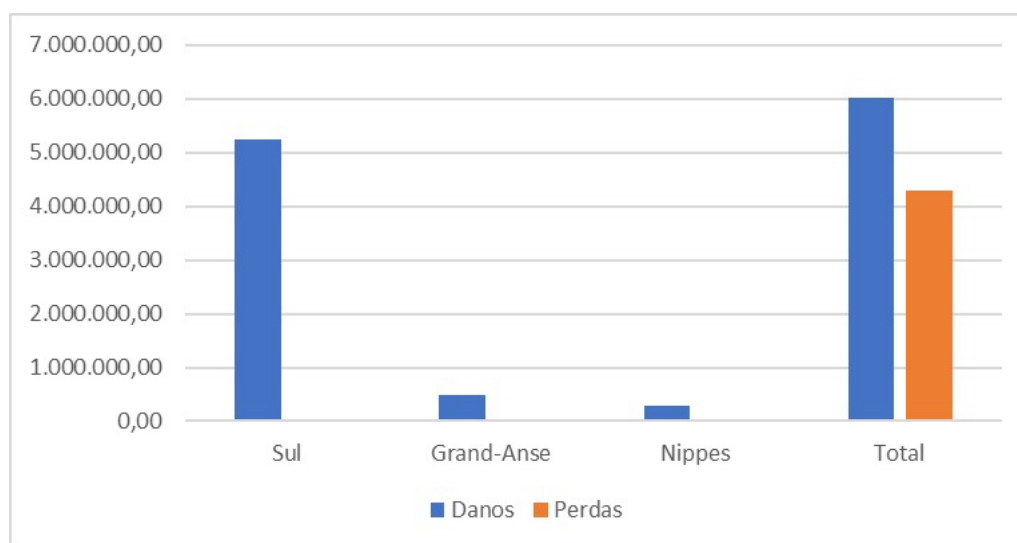
Fonte: CIAT, 2021. Elaboração: Autores (2024).

Assim, esse evento geográfico provocou grande impacto sobre a economia nacional e aumentou ainda mais a vulnerabilidade socioterritorial já fragilizada. Nesse caso, os danos e prejuízos causados pelo terremoto de 2021 são maiores entre as empresas do circuito inferior da economia urbana, predominantes no Haiti. No caso das finanças, as cooperativas financeiras e instituições de microfinanças foram proporcionalmente mais prejudicadas nesses departamentos. Ademais, a redução dos financiamentos nos três departamentos afetou não apenas grandes (tomadoras de empréstimos em grandes bancos) e pequenas empresas, mas também as famílias mais carentes, tanto no campo quanto nas cidades, que usam o setor financeiro para lidar com emergências.

No que diz respeito ao setor de turismo, em 2015, o Haiti havia mantido seu crescimento em termos de chegadas de turistas no país: havia recebido 515.804 turistas, um crescimento de 10,9% em relação aos períodos precedentes, aumentando para 673.501 pessoas, principalmente em Labadie, uma praia que recebe navios de Cruzeiro, localizada no norte haitiano, no Cabo Haitiano. De acordo com dados do *Instituto Haitiano de Estatística e*

Informática, o turismo no Haiti contribuiu com cerca de 4,2% do PIB. Segundo o Relatório da *Organização Mundial do Turismo*, em 2019, o subsetor de turismo representou 8% do PIB e 9% do emprego total no país. Os dados do turismo merecem ser problematizados, pois aqui há uma dialética entre o interno e o externo à formação territorial do Haiti: enquanto os setores industrial, comercial e de serviços foram seriamente afetados pelo terremoto, o setor do turismo foi mais afetado pela pandemia da Covid-19. Destacamos que a pandemia na Covid-19 não é objeto de nossa análise, contudo, é preciso frisar que a pandemia em 2020/2021 fez o Haiti perder 76% de sua receita turística. O terremoto ocorreu na Península Sul – pouco ou nada frequentada por turistas –, enquanto o turismo é realizado no norte do país. Contudo, o fato de ser realizado fisicamente em uma região, não implica que outras regiões não sejam mobilizadas para que os serviços turísticos aconteçam, já que as redes de fornecimento de insumos para os serviços hoteleiros estão desconcentradas e, principalmente, os recursos de recolhimentos dos impostos por parte do Estado foram severamente afetados, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Haiti. Danos e perdas causados pelo terremoto de 2021 no setor do turismo.



Fonte: CIAT, 2021. Elaboração: Autores (2022).

A recuperação das perdas nos diversos setores da economia depende do crescimento econômico e da capacidade de reconstrução do país – dois temas absolutamente imbricados –, não exclusivamente de um setor em si, mas de todo o sistema organizacional nacional. Este contexto é marcado por um ambiente sociopolítico conturbado, com crescente insegurança, instabilidade institucional, agitação social, que culminou no assassinato do Presidente Jovenel Moïse em 7 de julho de 2021, um aumento nas infecções por Covid-19, que forçou a restauração do estado de emergência de saúde, seguida por um terremoto, todos fatores que

impactaram a economia haitiana. Tais crises sociopolíticas, econômicas e sanitária aumentam a deterioração das condições de insegurança e as divergências recorrentes entre diversos setores da oposição e as autoridades sobre a exequibilidade da efetivação de eleições, que não aconteceram desde o assassinato do Presidente, quando o Primeiro-Ministro Ariel Henry assumiu para fazer um governo de transição⁸. Esta é a questão interna.

Contudo, a posição do Haiti no concerto geral das nações, ou poderíamos dizer, da divisão internacional do trabalho, sob o domínio de nações do Norte Global, com especial destaque para os EUA e sua posição imperial, tem impedido sistematicamente que condições herdadas sejam superadas pela livre escolha de seu povo (evidentemente, com todas as suas contradições). A ação hegemônica impõe ao Haiti a adoção de políticas neoliberais que aprofundam as desigualdades. Relatório do Banco Mundial, intitulado *Mieux Dépenser, Mieux Servir* (2016), sugere caminhos, políticas para o desenvolvimento, dentre outras, como “atrair capital estrangeiro e para tanto é preciso melhorar as infraestruturas, o capital humano e as instituições” e “incentivos monetários para os agentes públicos da saúde melhorarem sua produtividade”. A primeira política é antiga conhecida dos brasileiros e da geografia, e é intitulada “guerra dos lugares” – que alguns chamam restritivamente de guerra fiscal –, uma competitividade turbinada e que só faz beneficiar as grandes empresas em busca de incentivos fiscais e territoriais. Quanto à segunda, é evidente que ninguém pode ser contra melhores salários para o setor público da saúde em particular, e de todos os setores em geral, mas não é disso que trata a orientação do Banco Mundial⁹, porque a proposta é monetizar o *indivíduo* pela produtividade, ou seja, é neoliberalismo em estado puro, solicitando que a competitividade chegue ao nível individual, conforme teorizaram Dardot e Laval (2016).

Charles (2023), lembra que após o terremoto de 2010, constitui-se no Haiti um verdadeiro "Estado paralelo" com maior prevalência de ONGs a oferecer serviços públicos,

⁸ “Após a morte de Moïse, Ariel Henry, um cirurgião de 71 anos, foi o escolhido por um grupo de embaixadores dos seguintes países: Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Espanha, França, União Europeia, assim como a representante especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a representante especial do secretário-geral da ONU. Ariel exerce ilegalmente a função de primeiro-ministro e presidente, apoiado pelos países que se dizem democráticos” (JOSEPH, 2023).

⁹ Em Relatório de 1998, o Banco Mundial (Haiti: The Challenge of Poverty Reduction. Report N° 17242-HA, citado por Charles, 2023) orienta: “A huge challenge for the Haitian state will be increasing resources allocated to the finance of social service provision. In education, health, water and sanitation, and family planning, Government should continue to leave the delivery of these services to the private and/or NGO sectors to the maximum extent possible, while the government itself strives to improve the regulatory framework...” (tradução livre: “Um enorme desafio para o Estado haitiano será aumentar os recursos atribuídos ao financiamento da prestação de serviços sociais. Na educação, saúde, água e saneamento, e planejamento familiar, o Governo deve continuar a deixar a prestação destes serviços aos setores privado e/ou ONGs na medida do possível, enquanto o próprio governo se esforça para melhorar o quadro regulatório...”). A proposta é de um Estado forte na defesa do Direito privado.

especialmente educação e saúde. Desde fins dos anos 1980, após o fim da ditadura Duvalier, portanto, anterior aos grandes terremotos, a implantação do neoliberalismo marcou dois processos em dois momentos subsequentes: intenso êxodo rural e privatizações. A descampesinização do país provocou um massivo êxodo rural (houve também muita imigração para os EUA) agravou e saturou as já precárias e deficientes infraestruturas urbanas, e o mercado de trabalho da maior cidade do país, Porto Príncipe - que mais recebeu os migrantes - não foi capaz de absorver esta força de trabalho por que, concomitantemente, as empresas estatais estavam sendo vendidas e muitas delas fechadas, para apenas tornarem-se entrepostos de importações, conforme a equação de lucro das grandes empresas compradoras; ocorreram demissões em massa. Ao Estado haitiano as orientações eram claras no sentido de seu fortalecimento para as regulações sociais, para a produção das normas legitimadas, e por outro lado, entregar ao mercado globalizado toda a economia do país. Tratou-se de transformar os direitos sociais em serviços a serem oferecidos no mercado por empresas ou por ONGs.

Para Ribeiro e Silva (2004), na atualidade, a intensa oferta de condições herdadas à ação hegemônica modifica – destruindo e/ou reconstruindo – estratégias de sobrevivência. Cada subespaço, ou região, resultado das diversas sedimentações históricas, possui determinações de diferentes ritmos temporais e sociais, respondendo, portanto, diferentemente aos *impulsos globais*. Os impulsos globais denominam vetores ou eventos, portadores de informação e inovação, que se impõem sobre os lugares fazendo emergir formas de agir de natureza sistêmica, corporativa e competitiva. Os eventos geográficos fazem referência às dinâmicas da natureza, tanto quanto designam a implantação de processos de modernização exigidos dos espaços, dos países da periferia atravessados por “atrasos”, segundo os critérios hegemônicos. As paisagens urbanas destruídas, como as que vimos no Haiti, não representam a face do atraso, mas se apresentam como o moderno em ruínas, *formas-conteúdo* (SANTOS, 2000) povoadas por violentos processos naturais episódicos, mas sociais em sua duração organizacional.

Nos lugares atingidos por *impulsos globais*, a relação mais direta dos grupos sociais com o seu meio – a territorialidade – é quebrada e as mediações passam a ser externas promovendo uma perda dos controles técnico e político dos rumos internos, do futuro. As orientações de gestão dos organismos internacionais – os impulsos globais – reproduzem movimentos de subordinação socioeconômica, gerando novas configurações hierárquicas e aprofundando outras já existentes (CATAIA, 2020). Essa globalização das ordens

hegemônicas não existiria sem o seu correspondente *capitalismo de catástrofe* (KLEIN, 2008). Os impulsos globais, com suas modernizações neoliberais, dirigidas, programadas e operacionalizadas por grandes empresas, países imperialistas e seus organismos internacionais, buscam as catástrofes para as suceder com medidas sociais amargas – a *brutalidade eficaz*¹⁰ – que têm levado a segregações, exclusões e à instalação da pobreza estrutural.

Considerações finais

O espaço geográfico resulta da interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infraestruturas e máquinas – são as rugosidades – que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre formas provenientes do passado. O *trabalho morto*, acumulado, dá-nos a configuração territorial, e o *trabalho vivo* sendo realizado sobre o trabalho morto, os dois constituem o espaço geográfico (SANTOS, 1994). Marx (2017) comumente referia-se aos meios de produção como o trabalho morto, e é neste sentido que existe um desafio à sociedade haitiana para reconstruir seu território e, produzido, torná-lo produtivo aos seus desígnios. O conceito de mosaico ou *palimpsesto*, utilizado por Harvey (2004) para referir-se às cidades, pode ser usado para interpretar o território haitiano, permanentemente metamorfoseado para dar lugar a outros desenhos, a outras escritas, em múltiplas camadas umas sobre as outras, cuja história natural e social funde-se em um nó de contradições entre as forças e disputas internas e a presença constante da globalização neoliberal.

A presença dos referidos fenômenos naturais no Haiti provoca catástrofes sociais (um pleonismo, porque não existe catástrofe que não seja social) no campo e nas cidades. As marcas dos eventos naturais e dos impulsos globais são perenes em uma sociedade em que o peso do imprevisto está sempre presente. Neste artigo, focamos nossa atenção nas consequências a serem socialmente enfrentadas, assim não fizemos um exercício de apresentação de ações endógenas criativas (coisa que faremos em outro artigo) de um povo que luta contra o império, a globalização e as forças da natureza. Localizado numa zona

¹⁰ O termo “fundos abutres” é apropriado para designar os investimentos capitalistas em busca de altíssimos retornos nos lugares onde as situações sociais chegam a ser as mais graves, as mais trágicas. Os abutres chegam depois das tragédias. Por isso, inclusive, o termo cunhado por Naomi Klein (2008), em referência ao capitalismo de catástrofe.

tectonicamente instável e de passagem de ciclones e furacões, especialmente o Haiti localiza-se no mar mediterrâneo norte-americano.

Se a história da colonização e da escravidão no Haiti – relacionadas com as plantações de cana de açúcar –, evoca a exploração dos cativos então considerados *coisas-mercadorias* (CADET, 2020), terremotos, ciclones, furacões e chuvas tropicais são hoje, sob a égide do neoliberalismo, *destilados* em *coisas-mercadorias*, instrumentalizados como álibis para medidas as mais trágicas para a nação. No Haiti são exemplarmente condensados os três desafios, de natureza híbrida – como de resto, colocados ao mundo todo –, que são o enfrentamento com as forças da natureza, o crescimento das desigualdades sociais com crises políticas permanentes e a geopolítica do império. Entre aquilo que se mantém e possíveis transformações assaltadas pela incerteza, a sociedade haitiana é desafiada a construir soberanamente o seu futuro.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao **II Encontro de produtores de informações sociais, econômicas e territoriais**. FIBGE, Rio de Janeiro, 24/08/2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial. (Coleção Mundo do Trabalho), 2002.

ARISTIDE, Simbert. **La question des Services sociaux dans le processus d'urbanisation accélérée de la commune de Ouanaminthe**. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, Université d'Etat d'Haïti, Faculdade de Ciências Humanas, Port-au-Prince, 2014.

BANQUE MONDIALE. **Une étude exhaustive et stratégique du secteur agricole/rural haïtien et des investissements publics requis pour son développement**. Données des comptes nationaux de la Banque mondiale et fichiers de données des comptes nationaux de l'OCDE, 2020. Consulté sur <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/nv.agr.totl.zs?locations=HT> CIRAD, 2016,

BANQUE MONDIALE. Groupe de la Banque Mondiale. **Mieux Dépenser, Mieux Servir. Revue des finances publiques en Haïti**. 2016. Disponível em <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/239991467030775172/mieux-dépenser-servir-revue-des-finances-publiques-en-haïti>

BELLERIVE, Jean Max. Haïti: **PDNA du tremblement de terre-évaluation des dommages, des pertes des besoins généraux et sectoriels**. Port-au-Prince, março, 2010.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v.16, n.32, p 31-50, 2001.

BORDE, Alexandre; et al. **Estimation des coûts des impacts du changement climatique en Haïti**. Projet de renforcement des capacités adaptatives des communautés côtières d’Haïti aux changements climatiques (GEF ID n. 03733/PIMS ID no. 3971). MEF/PNUD, 2015.

CADET, Jean-Jacques. Lire Marx à partir d’Haïti. **Contretemps Revue de Critique Communiste**. 3 août 2020. Disponível: <https://www.contretemps.eu/lire-marx-haiti/>

CARREÑO, M. L; CARDONA, O. D; BARBAT, A. H. **Sistema de indicadores para la evaluación de riesgos**. Barcelona, 2005.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. *Revista Tamoios*, 16(1), 2020.

CATAIA, Márcio; RIBEIRO, Luis Henrique L. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. *Revista da ANPEGE*, 11(15), 2017, 9–30.

CHARLES, Jean Max. The parallel state: neoliberalism in Haiti and the reliance on NGOs. *International NGO Journal*, Vol. 18(1), pp. 1-9, January-June 2023.

CIAT - Comité Interministériel d’Aménagement du Territoire. **Rapports sectoriels: Évaluation Post-Désastre En Haïti: Séisme du 14 août 2021 dans la péninsule sud**. MPCE, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_831133.pdf. Acessado em: 12 de março de 2022.

CORRÊA, Roberto L. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318

COUN - Centre d’Opérations d’Urgence National. **Tremblement de terre du 14 août 2021**. MICT/ Secrétariat technique SNGRD/COUN, Péninsule Sud, 4 septembre 2021.

COURAGE, Youssef et al. **Quelles solutions après le séisme en Haïti?** Une enquête auprès des déplacés internes. ACP, ACPOBS/2013/PUB 03, 2012.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciência Geográfica*, vol. 93, 2011, p. 59-69.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016 (1ª Ed. 2009).

EMMANUEL, Evens; THERMIL, Kareen; PHILIPPE Auguste, et al. **Analyse de la situation de l’habitat en Haïti. In: centre d’habitat salubre de la République d’Haïti**; et: En collaboration avec l’organisation panaméricaine de la santé, organisation mondiale de la santé. Port-au-Prince: Université Quisqueya, 2000 p.1-40. Disponível em: <http://www.bvsde.ops-oms.org/bvsasv/e/diagnostico/Haiti.pdf>. Acessado em 23 de julho de 2022.

FERRETTI, A. **Les territoires face aux catastrophes naturelles**: quels outils pour prévenir les risques? Paris: Conseil économique, social et environnemental, 2015.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

IHSI. Intitut Haitien de Statistiques et d'Informatique. **Population totale de 18 ans et plus: menages et densité estimés em 2015**. Direction des statistiques démographiques et sociales (DSDS), 2015. Disponível em: http://www.ihsi.ht/pdf/projection/Estimat_PopTotal_18ans_Menag2015.pdf. Acessado em: 24 de out de 2019.

JOSEPH, Wisly. História da crise sócio-política do Haiti: como tudo chegou ao ponto atual. **Jornal Le Monde Diplomatique**, 18 de maio de 2023, disponível em <https://diplomatie.org.br/historia-da-crise-socio-politica-do-haiti-como-tudo-chegou-ao-ponto-atual/>

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução Vania Cury. -Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 592p.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAVELL, Allan. **Gestión Ambiental y Gestión del Riesgo de Desastre en el Contexto del Cambio Climático**: Una Aproximación al Desarrollo de un concepto y Definición Integral para Dirigir la Intervención a través de un Plan Nacional de Desarrollo. Departamento Nacional de Planeación-DNP. Subdirección de Desarrollo Ambiental Sostenible. 2010.

LOMBART, Marie; PIERRAT, Kevin; REDON, Marie. Port-au-Prince: un protectorat haïtien ou l'urbanisme de projets humanitaires en question. **Cahiers des Amériques Latines**, septembre 2014, vol. 75, p. 96-123.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEF - Ministère de la planification et de la Coopération Externe (MPCE). **Programme d'action pour le développement d'Haïti 2001-2010**. Troisième conférence des Nations Unies sur les pays les moins avancés, 2007.

MEF - Ministère de l'Economie et des Finances. **Situation économique, financière, sociale en Haïti en 2013 et perspectives à court terme, Haïti, 2014**. Disponível em: http://www.mef.gouv.ht/upload/doc/DeeSituationEcFinSocHaitirev_20septembre2014.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2022.

MEF –Ministère de l'Economie et des Finances. **Évaluation rapide des dommages et des pertes occasionnés par l'ouragan Matthew et éléments de réflexion pour le relèvement et la reconstruction**. 2016. 113p.

MONTEIRO, Jander Barbosa; PINHEIRO, Daniel R. de C. O desastre natural como fenômeno induzido pela sociedade: abordagens teóricas e metodologias operacionais para identificação/mitigação de desastres naturais. **Revista de Geografia – PPGeo** – v. 2, nº 1, 2012.

OCHA - Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Haïti: Tropical Storm Ike, Hanna, Gustav OCHA, Situation Report No. 7. **Reliefweb**, 08/09/2021. Disponível: <https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-tropical-storm-ike-hanna-gustav-ocha-situation-report-no-7>.

OCHA – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Haïti : Perspectives de l’offre et du marché de céréales, juillet 2022 – juin 2023. Fews Net – Famine Early warning system network. **Reliefweb** Disponível: <https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-perspectives-de-loffre-et-du-marche-de-cereales-juillet-2022-juin-2023#:~:text=Em%20termes%20quantitatifs%2C%20les%20importations,besoins%20de%20la%20m%C3%Aame%20p%C3%A9riode>.

OMT - Organisation Mondiale du Tourisme. **Global Economic Prospects: Darkening Skies**. 2019.

ONU. HABITAT. **World Cities Report 2016: Urbanization and development: emerging futures**. Kenya: Nairobi, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara; Silva, Cátia Antonia da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In RIBEIRO, A. C. T. (org.). **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

SAINTE, Guerby. O Estado haitiano e a Minustah: soberania territorial e intervenção internacional. In: SAINTÉ, G. Uso do território e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ajuda humanitária no Haiti de 2010 a 2012: Minustah (Missão de Estabilização de Paz ao Haiti). Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. p. 42-79. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=001088891&opt=1>

SAINTE, Guerby; LÄMMLE, Luca. O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe (Haiti). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 18, p. 179-208, 2019.

SAINTE, Guerby; LÄMMLE, Luca. Desastres Naturais, Política de Agentes Internacionais e Vulnerabilidade no Haiti. **Caderno de Geografia**, v. 31, p. 502-517, 2021a.

SAINTE, Guerby; LÄMMLE, Luca. Soberania territorial em disputa: o caso da intervenção da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti e seus impactos no território. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 25, p. 181541, 2021b.

SAINTE, Guerby. **Circuito Espacial Produtivo do Vestuário e Vulnerabilidade do Território no Haiti: o caso do Parque Industrial de Caracol (PIC)**. Projeto de Pesquisa de Doutorado Submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Inédito. Campinas: IG/UNICAMP, 2022.

SAINTIL, Fednel; TEIXEIRA, Raphael Lobo Duarte Batista. Do capitalismo financeiro industrializado à industrialização sweatshops na América Latina: Haiti, incerteza política e seu desenvolvimento direto na vida socioeconômica nos dias atuais. **Revista REBELA**, V. 9, N.2, mai./ago. 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. O caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009 (1a Ed. 1994).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª Edição, Editora: Edusp, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed. São Paulo: EDUSP, 2004 [2002].

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 1980.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999

SNGRD. Système National de Gestion des Risques et Désastres. Plan de contingence du Département du Sud-Haiti. SNGRD, 2014. Disponível em: https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/document/s/files/Plan%20de%20Contingence%20Departement%20du%20SUD%202014%20CDS-GRD_12%20june%202014.pdf

Artigo recebido em 13-09-2022
Artigo aceito para publicação em 29-03-2024